



Polícia ataca sindicalistas a mando de Eduardo Cunha Pg 02



FOTOS: Agência Câmara e Agência Brasil

Não passarão!

Trabalhadores irão parar dia 15 contra o PL 4330

Voltar às ruas e aderir à paralisação nacional convocada pela CUT, CTB e outras centrais sindicais para a próxima quarta-feira, 15. Essa será a resposta dos trabalhadores aos ataques da direita, da mídia e dos empresários que de tudo fazem para acabar com direitos históricos e conquistas sociais, empurrando o país para um grave retrocesso político. Os trabalhadores exigem a retirada do Projeto de Lei 4330, que libera a terceirização para as atividades-fim em todas as modalidades de trabalho, inclusive no setor público.

O projeto, considerado o maior ataque aos direitos trabalhistas já ocorrido no país, foi aprovado na Câmara dos Deputados, numa sessão a portas fechadas, conduzida pelo presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que impediu o acesso dos trabalhadores.

Apenas as bancadas do PT, do PCdoB e do PSOL votaram contra. Na terça-feira (14), os destaques apresentados pelos partidos serão apreciados pelos parlamentares e depois o PL 4330 segue para o Senado, onde será submetido às comissões antes de ser votado. Se houver alguma modificação no Senado, o projeto volta para a Câmara. Se for aprovado no Senado, vai para a sanção presidencial.

Para impedir que o PL 4330 siga adiante, os sindicatos realizarão no dia 15 paralisações nos locais de trabalho e manifestações públicas. Essas mobilizações integrarão o dia nacional de lutas convocado pelos movimentos sociais e organizações de esquerda contra o retrocesso e o golpismo. Na convocatória para os atos que serão realizados nas principais capitais do país, as entidades ressaltam

que "é fundamental construir uma agenda política alternativa que combata as propostas da direita e que ao mesmo tempo defenda os direitos dos trabalhadores".

"Vivemos um momento de descontentamento social e grande polarização política no país. De um lado uma contra-ofensiva conservadora, com manifestações que tentam canalizar essa insatisfação para uma agenda de retrocesso. Elas tiveram eco no Congresso Nacional - que tornou-se um reducto do atraso político, sob o comando de Cunha e Renan Calheiros - e pautou propostas como a redução da maioria penal, o PL 4330 da terceirização, a lei antiterrorismo, a autonomia do Banco Central e a PEC da Corrupção, que legaliza as doações empresariais para as eleições", alerta o manifesto.

SAIBA quem votou contra os trabalhadores Pg. 04



FOTO: Agência Senado

Eduardo Cunha manda polícia impedir à força acesso de trabalhadores à votação do PL 4330

Enquanto isso, empresários desfilavam incólumes pelos corredores da Câmara

Se nas manifestações do dia 15 de março, a polícia foi cordial e solícita com a classe média e os empresários que atacavam a democracia, o tratamento foi o oposto no último dia 07, no ato da CUT, CTB e outras centrais sindicais contra o PL 4330. A mando do presidente da Câmara, deputado federal Eduardo Cunha (PMDB/RJ), a polícia agrediu sindicalistas, com cassetetes, tiros de borracha e gás lacrimogêneo. A manifestação reuniu cerca de cinco mil trabalhadores em frente ao Congresso Nacional, reivindicando a suspensão da votação do projeto.

“De minha parte, só me estimula a votar mais”, declarou o parlamentar, ao ser questionado por jornalistas sobre os protestos das centrais sindicais. Além de autorizar a ação truculenta dos policiais, o deputado Eduardo Cunha impediu o acesso dos trabalhadores à Casa, fechando as galerias do plenário para o povo, enquanto empresários assistiam de camarote a votação. O presidente da Fiesp e outros dirigentes da principal entidade empresarial do país desfilavam incólumes pelos corredores do Congresso. “Ao menos 400 deputados são financiados por empresários e eles agora estão

respondendo aos seus patrões e atacando os direitos dos trabalhadores”, comentou, indignado, o presidente da CUT, Vagner Freitas.

A FUP e seus sindicatos participaram das mobilizações contra o PL 4330 em Brasília e em várias capitais do país e estarão novamente na luta dia 15. “Temos que barrar esse projeto que levará à terceirização em massa de todas as atividades. Os empresários aumentarão seus lucros às custas dos trabalhadores, que perderão direitos e correrão mais riscos de acidentes”, alerta o coordenador da FUP, José Maria Rangel.

FUP exige que Petrobrás suspenda terceirização da AMS e resolva problemas no Benefício Farmácia

A direção da FUP exigiu que a Petrobrás suspenda imediatamente o contrato feito à revelia dos trabalhadores com a empresa ConnectMed, que assumirá toda a operação da AMS. Na prática isso significará a terceirização da gestão de um dos principais patrimônios da categoria, com sérios riscos para os trabalhadores e seus dependentes. O contrato foi assinado pela Petrobrás sem qualquer debate prévio com as entidades sindicais e sequer foi submetido à Comissão de Negociação Permanente da AMS. Em reunião com a empresa no dia 31 de março, a FUP exigiu a suspensão imediata deste processo e a implementação

do Comitê Gestor da AMS, como tem sido cobrado há anos pelo movimento sindical.

Outra mudança implementada pela Petrobrás e que tem causado transtornos para os usuários da AMS foi a troca de operadora do Benefício Farmácia. Em reunião com a empresa, a FUP criticou as falhas na transição entre a antiga e a nova operadora do sistema e exigiu uma solução imediata dos problemas que esse processo gerou para os petroleiros. A nova operadora do Benefício Farmácia, a Global Saúde, explicou que está ampliando o seu sistema de informática e de atendimento telefônico para facilitar o cadastramento

dos usuários. A empresa esclareceu que irá readequar a rede de farmácias credenciadas para atender a demanda dos beneficiários, principalmente nas cidades situadas fora das regiões metropolitanas.

O titulares da AMS e de seus dependentes devem se recadastrar para receberem os novos cartões para aquisição de medicamentos. O cadastramento seque até o dia 31 de maio, através da internet (www.portaldobeneficiario.globalsaude.com.br) ou pelo telefone (0800-2872267-Opção 5). A FUP terá no início de maio uma reunião de avaliação com a Petrobrás e a Global Saúde.

● "Foi uma tragédia anunciada"

Depoimento de cipista à ANP aponta negligência da BW em acidente que matou 09 trabalhadores



Vitor da Silva (de camisa rosa) revela à ANP a sucessão de erros e omissões da BW que levaram ao acidente

"Eu estou colocando o meu emprego em risco. Sei que posso sofrer retaliações, mas não vou sofrer mais do que os familiares dos meus companheiros que morreram em um acidente que poderia ter sido evitado", declarou à FUP, Vitor Marques da Silva, ao falar sobre o seu depoimento à ANP, no último dia 07. Técnico mecânico da BW Offshore e cipista eleito, ele revelou à Agência o passo-a-passo do que considera como uma "tragédia anunciada". Conhecido entre os trabalhadores como *Bico de Luz*, Vitor trabalhou durante 14 meses na FPSO Cidade

de São Mateus, no Espírito Santo, onde no dia 11 de fevereiro nove petroleiros morreram em uma explosão causada por um vazamento na Casa de Bombas que já era recorrente há mais de um ano.

Ele relatou à ANP que um dos trabalhadores feridos na explosão já havia sido vítima de um outro vazamento no mesmo local, no dia 20 de dezembro de 2013. Vitor cobrou da BW o número da CAT, mas foi informado que "não havia número já que não se tratava de um acidente e sim de um incidente". Segundo ele, a ocorrência também não foi rela-

tada à CIPA. Vitor revelou ainda que após o acidente foi punido pela empresa com uma advertência por escrito acusado de "fazer papel de polícia junto à CIPA".

No depoimento à ANP, o cipista também declarou que durante seus embarques para a FPSO Cidade de São Mateus presenciou pelo menos cinco disparos de alarmes na Casa de Bombas, cujo acesso passou a ser feito "somente com autorização" por causa de uma "quantidade frequente de gás" no local. Vitor relatou que devido à sua atuação na CIPA foi transferido pela BW em julho de 2014, "contra a sua vontade" para a FPSO Polvo, "sendo impedido de completar o seu mandato" na Comissão.

Vitor espera que seu depoimento possa contribuir para que outros acidentes sejam evitados e os procedimentos, de segurança na indústria de petróleo revistos, já que atualmente o que existe é uma "sequência de erros" nas gestões de SMS. "Espero que minha atitude sirva de exemplo para que outros trabalhadores também atuem para que não sejam vítimas de novos acidentes no futuro", declarou.

Fiscalização tem que ser prioridade, cobra FUP em reunião com ministro do Trabalho

Em reunião no dia 31 de março com o ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, a FUP denunciou os diversos problemas de SMS que os sindicatos enfrentam na Petrobrás e em toda a indústria petrolífera e ressaltou a importância da fiscalização para garantir uma política preventiva de saúde e segurança nos locais de trabalho.

A FUP cobrou a recomposição dos quadros de auditores fiscais e técnicos da Fundacentro nos estados, ressaltando que a fiscalização do MTE é fundamental para garantir a efetividade das normas

regulamentadoras, que são sistematicamente descumpridas pelas empresas do setor. Segundo informações dos auditores fiscais, há um déficit de aproximadamente cinco mil profissionais em todo o país e que apenas mil estão sendo admitidos.

O ministro reafirmou que dará andamento ao Grupo de Trabalho para converter o Anexo 2 da NR 30 em uma Norma específica para plataformas. Ele também se comprometeu em estabelecer uma mesa de entendimento com a Petrobrás para cobrar o cumprimento da NR 20 e em discutir com a FUP e os sindicatos um cronograma de inspeções nas refinarias, terminais e plataformas.



Explosão na Pemex faz 07 vitimas

Menos de dois meses após a explosão que matou nove trabalhadores da BW, um outro grave acidente na indústria petrolífera acendeu o alerta para a urgência de uma política efetiva de segurança no setor. No dia primeiro de abril, mais sete trabalhadores morreram durante explosão em uma plataforma da Pemex no Golfo do México. Outros 45 trabalhadores ficaram feridos, dois ainda internados em estado grave.

PrimeiraMão

**Boletim da FEDERAÇÃO
ÚNICA DOS PETROLEÍROS**
www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - ☎(21)3852-5002 imprensa@fup.org.br

Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 - Texto: Alessandra Murteira w- Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

"PL 4330 deixa nítidos os conflitos de classe"

Os setores que foram às ruas no dia 15 de março continuarão fazendo de tudo para dizimar as conquistas dos trabalhadores

"Esse projeto a favor da terceirização, ampla, geral e irrestrita, que significa mais lucros para os empresários e menos direitos para os trabalhadores, deixa nítidos os conflitos de classe em curso em nosso país", declara o ex-ministro de Direitos Humanos, Paulo Vanuchi. Para ele e outros analistas políticos, o Brasil vive um ambiente político, econômico e social extremamente polarizado.

Os setores que foram às ruas no dia 15 de março tentar derrubar a presidente Dilma são os mesmos que apoiam o PL 4330 e continuarão fazendo de tudo para dizimar

uma a uma as conquistas sociais da classe trabalhadora. O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Luiz Schmidt, declarou que se o projeto for aprovado no Senado terá "efeitos catastróficos" para o país e irá "inaugurar uma era de insegurança jurídica". Não foi à toa que 19 juizes do Tribunal Superior do Trabalho se pronunciaram publicamente contra o PL 4330, explicando as graves consequências sociais e econômicas que os trabalhadores e o país sofrerão se a terceirização for regulamentada como prevê o projeto.

"Estamos vivendo um momento perigoso da vida política brasileira, com a ascensão de Eduardo Cunha e as manifestações dessa classe média golpista que tem ido às ruas fortemente amplificada pela mídia", alerta Francisco Fonseca, professor de Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. "Nosso Congresso não representa a sociedade, representa interesses corporativos e religiosos. Isso está pondo em perigo a democracia, uma conquista de 30 anos", afirma Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Saiba quem votou contra os trabalhadores

Apenas três partidos – PT, PCdoB e PSOL – orientaram seus parlamentares a votar contra o projeto que libera a terceirização para todas as atividades, amplia a precarização e corta direitos históricos. O PROS e o bloco formado por PRB, PTN, PMN, PRP, PSDC, PRTB, PTC, PSL e PTdoB liberaram as bancadas. Já o PSDB, PSD, PR, PSB, DEM, PDT, Solidariedade, PPS, PV e o bloco composto por PMDB, PP, PTB, PSC, PHS e PEN determinaram voto a favor do PL 4330.

Confira na página da FUP quais os deputados que votaram contra os trabalhadores: www.fup.org.br/2012/noticias/



manchetes/2224496-confira-os-deputados-que-votam-contra-os-direitos-trabalhadores-e-das-trabalhadoras

Maria Augusta, presente!



Faleceu no último dia 07, no Rio de Janeiro, aos 97 anos, a médica Maria Augusta Tibiriçá Miranda, protagonista da histórica campanha "O Petróleo é nosso" e das lutas pela redemocratização e em defesa da soberania nacional. Personagem emblemática do campo progressista, a idade avançada não a impediu de continuar a militância e atualmente ainda exercia a presidência do Movimento em Defesa da Economia Nacional (MODECOM). A FUP espera que seu legado sirva de inspiração nas lutas em defesa da Petrobrás, do Brasil e da democracia.

FOTO: CUT



Devolve Gilmar!

A CUT e movimentos sociais realizaram uma manifestação em frente ao Supremo Tribunal Federal, exigindo que Gilmar Mendes libere o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4650, proposta pela OAB contra a contribuição financeira de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais. Há mais de um ano, o ministro do STF segura o processo, com um pedido de vistas. A Ação chegou a ser discutida no plenário do Tribunal no dia 02 de abril de 2014, quando seis ministros votaram a favor e somente um foi contra. A sessão, no entanto, foi suspensa porque Gilmar Mendes pediu vistas e até hoje não devolveu o processo, impedindo, assim, que o fim do financiamento privado de campanhas seja julgado pelo STF.